

**XV CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA
MAGISTRATURA DO TRABALHO**

1ª PROVA - 1ª PARTE

CURITIBA/PR, 26/ABR/1997

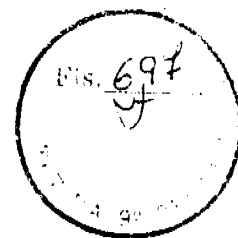
DIREITO DO TRABALHO

01 - ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) O princípio protetor, informador do Direito do Trabalho, subdivide-se em:
I - "in dubio pro operario";
II - aplicação da norma mais favorável; e
III - aplicação da condição mais benéfica.
- b) Sobre o princípio da irrenunciabilidade podemos afirmar que se destina a proteger o trabalhador, não só contra o empregador, mas também contra si mesmo.
- c) O princípio da primazia da realidade estabelece, como presunção, a existência de relação de emprego entre aquele que utiliza um serviço e o que o presta, razão pela qual incumbe ao tomador o ônus de provar sua inexistência.
- d) São manifestações do princípio da boa-fé, voltadas para o empregado, o impedimento de revelar segredos de fabricação e comerciais, além de abster-se da concorrência desleal, entre outros.
- e) As afirmações c e d estão incorretas.

02 - CONSIDERE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO FORMULADAS E ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- I. Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resulta do contrato, considerando-se transferência mesmo a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio.
- II. Mesmo a pedido do empregado, ilícita é a sua transferência se se tratar de empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação profissional, inclusive junto a órgão de deliberação coletiva.



III. A existência de real necessidade de serviço é pressuposto de legitimidade de transferência.

IV. O empregador pode arcar com as despesas decorrentes da transferência do empregado e, mesmo assim, ficará obrigado ao pagamento de adicional de transferência, nunca inferior a 25%, enquanto durar essa situação.

V. Qualquer alteração do local de trabalho é transferência no sentido legal.

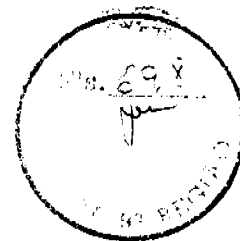
- a) apenas as alternativas I e V são incorretas;
- b) apenas as alternativas III e IV são corretas;
- c) apenas as alternativas II, IV e V são corretas;
- d) apenas as alternativas I, II e III são incorretas;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

03 - ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) O artigo 62, da CLT, exclui do regime da jornada legal os empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, independentemente de registro dessa condição na CTPS, bastando a anotação no registro de empregados.
- b) Ocorrendo interrupção do trabalho, resultante de causas acidentais ou de força maior, que determinem a impossibilidade de sua realização, a jornada de trabalho poderá ser prorrogada, pelo número de horas que entender o empregador, durante os dias necessários à recuperação do tempo perdido, em período não superior a 45 dias por ano, sujeita a recuperação à prévia autorização da autoridade competente.
- c) O trabalho noturno para o rurícola é aquele realizado entre as 21 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte, na lavoura e entre as 20 horas de um dia e as 4 horas do dia seguinte na atividade pecuária.
- d) O acréscimo pelo trabalho noturno sempre será de 20% sobre a hora diurna, inclusive em relação ao trabalhador rural.
- e) A hora do trabalho noturno será computada como de 53 minutos e 30 segundos.

04. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) O acordo coletivo de trabalho abrange os interesses coletivos de determinados trabalhadores e das empresas em que trabalham, enquanto que a convenção supõe interesses coletivos da categoria e por isso seus sujeitos são sindicatos de trabalhadores de um lado e sindicatos de categorias econômicas de outro lado.

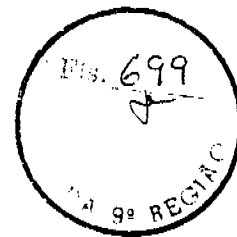


- b) A mensalidade sindical é contribuição estatutária, sendo voluntária, traduzindo um gesto livre do integrante da categoria profissional de filiar-se a um sindicato.
- c) A contribuição sindical será recolhida anualmente e consistirá na importância correspondente a um dia de trabalho, para os empregados, qualquer que seja a forma da referida remuneração.
- d) O sindicato representativo da categoria profissional deve ser obrigatoriamente cientificado ou notificado da negociação coletiva que se estabeleça entre a empresa e seus empregados, e se estes desejarem determinada condição de trabalho, mesmo contra a vontade da entidade sindical, poderão alcançá-la desde que ela tenha participado da negociação, não necessariamente da assinatura do acordo.
- e) Vigente a convenção ou o acordo coletivo de trabalho, serão nulos os contratos individuais de trabalho que estabelecerem condições contrárias ao que tiver sido ajustado, não sendo todavia, passíveis de multa os empregados e empregadores contratantes.

05 - CONSIDERE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO FORMULADAS E ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- I. O contrato de trabalho é um contrato de direito público, devido a forte limitação sofrida pela autonomia da vontade na estipulação do seu conteúdo .
 - II. O contrato de trabalho, como regra, é concluído “intuitu personae” em relação à pessoa do empregador.
 - III. O contrato de trabalho é um contrato sinalagmático.
 - IV. O contrato de trabalho é um contrato sucessivo. A relação jurídica do trabalho é “uma relação de débito permanente”, em que entra, como elemento típico, a continuidade, a duração.
 - V. O contrato de trabalho é um contrato consensual. A lei, via de regra, não exige forma especial para sua validade.
- a) I e II são falsas.
 - b) I, II e IV são falsas.
 - c) II, III e V são verdadeiras.
 - d) Apenas a proposição II é falsa.
 - e) Todas as proposições são verdadeiras.

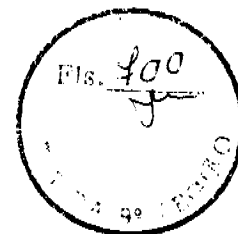
06 - ASSINALE A ALTERNATIVA FALSA:



- a) Renúncia e transação diferem-se por ser a primeira ato unilateral, pressupondo certeza, pelo menos subjetiva, do direito de que é objeto, enquanto que pela transação as partes extinguem obrigações litigiosas ou duvidosas, fazendo-se concessões recíprocas.
- b) Para efeitos da legislação trabalhista, o menor de dezoito e maior de catorze anos é relativamente incapaz, estando autorizado a renunciar ou transacionar, dependendo, todavia, da assistência de seu representante legal, assim como para celebrar, alterar e dar quitação final ao contrato de trabalho.
- c) Condiciona-se a validade da renúncia ou transação à inexistência de vício de consentimento, à observância de forma prescrita em lei, sendo, portanto, nula a renúncia à estabilidade decenal se não estiver o empregado assistido pelo respectivo sindicato ou, se não o houver, por autoridade local competente do Ministério do Trabalho ou da Justiça do Trabalho.
- d) O acordo que ajusta condição que contravenha norma legal de amparo ao trabalhador, de convenção coletiva ou de decisão de autoridade competente, é totalmente nulo porque a presunção de coação é absoluta.
- e) A renúncia e a transação de direitos, em virtude dos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, devem ser admitidas como exceção, razão pela qual no momento da cessação da relação de emprego, o empregado não pode, em hipótese alguma, renunciar ao direito ao aviso prévio.

07 - ASSINALE A ALTERNATIVA VERDADEIRA:

- I. A distinção entre suspensão e interrupção do contrato de trabalho é que, ocorrendo a paralisação temporária da execução do contrato, na suspensão empregador e empregado ficam desobrigados, transitoriamente, do cumprimento das obrigações pertinentes ao contrato, enquanto que na interrupção, o empregador deve remunerar o empregado inobstante a inoccorrência de prestação de serviço.
- II. A distinção entre suspensão e interrupção do contrato de trabalho é que ocorrendo a paralisação temporária da execução do contrato, na suspensão o empregador deve remunerar o empregado inobstante a inoccorrência de prestação de serviço, enquanto que na interrupção, ficam empregador e empregado desobrigados, transitoriamente, do cumprimento das obrigações pertinentes ao contrato.
- III. Dentre os efeitos jurídicos da suspensão do contrato de trabalho encontram-se os seguintes: manutenção do vínculo contratual, retorno ao serviço, prazo para o retorno e perda das vantagens atribuídas à categoria do empregado em Convenção Coletiva durante o período suspenso.
- IV. O afastamento por um dia, em cada 12 meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada, caracteriza-se como interrupção.



V. São causas interruptivas do contrato de trabalho: o falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que declarada em sua CTPS viva sob sua dependência econômica.

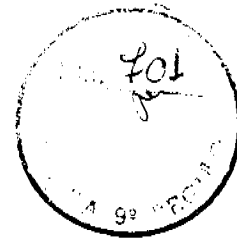
- a) II, IV e V são verdadeiras.
- b) I, IV e V são verdadeiras.
- c) I e III são falsas.
- d) II e IV são verdadeiras.
- e) II e V são verdadeiras.

08 - ASSINALE A ALTERNATIVA FALSA:

- a) Durante o prazo do aviso prévio cumprido pelo empregado em razão de dispensa pelo empregador, haverá redução da jornada de trabalho. Será de 2 (duas) horas diárias, sem prejuízo do salário integral, facultando-se ao empregador optar pela dispensa de 07 (sete) dias corridos.
- b) O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar o valor respectivo, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.
- c) O aviso prévio consiste na notificação antecipada de intenção de uma das partes de rescindir o contrato de trabalho, a qual deverá ser comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias aos que perceberem por quinzena ou por mês, ou que tenham mais de doze meses de serviço na empresa.
- d) Já que, durante o período do aviso prévio, o contrato vigora normalmente, nesse interstício as partes continuam vinculadas, permanecendo íntegros os direitos e obrigações que surgiram com o pacto laboral.
- e) No curso do aviso prévio se o empregado praticar ato que se configure como justa causa para rescisão, nesta hipótese perderá o direito ao restante do respectivo aviso.

09 - ASSINALE A ALTERNATIVA FALSA:

- a) Podemos afirmar como elementos indispensáveis à caracterização da justa causa, a gravidade, a atualidade e a relação causa-efeito, e, ainda, que o excesso na pena aplicada pelo empregador pode acarretar a cassação judicial de seu ato, conforme doutrina dominante.
- b) O princípio do “non bis in idem” assegura a punição de um ato faltoso com uma só pena, não produzindo qualquer efeito a segunda pena aplicada.



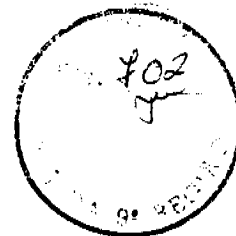
- c) O empregador pode reconsiderar a punição para abrandá-la após a sua comunicação, desde que com o abrandamento concorde o empregado.
- d) A interrupção e a suspensão não impedem a ocorrência de justa causa, a qual restaria caracterizada quando o empregado praticasse negociação habitual ou sofresse condenação criminal no curso de suas férias ou no gozo de benefício do instituto de previdência .
- e) Para caracterização da justa causa é indispensável que a manifestação de improbidade ocorra no serviço e tenha relação com o vínculo empregatício.

10 - ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) O FGTS é um crédito trabalhista, resultante de poupança forçada do trabalhador, concebido para socorrê-lo em caso de cessação do vínculo de emprego sem justa causa, bem como em situações excepcionais durante a vigência do contrato de trabalho, tais como grave enfermidade do empregado.
- b) O empregador deve recolher à conta vinculada do empregado, até o dia sete do mês subsequente ao vencido, importância correspondente a 8% de todas as verbas pagas ao empregado constantes no contracheque.
- c) A Lei nº 8.036/90, permite que o empregado saque os depósitos efetivados em sua conta vinculada, desde que a conta tenha permanecido paralisada por 2 anos ininterruptos.
- d) A forma mais eficaz de controle da conta vinculada por seu próprio titular, o trabalhador individualmente considerado, é a difusão do direito de informação, sendo que a Lei 8.036/90 assegura ao trabalhador extrato individual da conta vinculada, remetido bimestralmente, para viabilizar o controle do efetivo recolhimento da importância informada no contracheque de pagamento.
- e) Todas as alternativas acima encontram-se incorretas.

11 - ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) Considera-se empregador a pessoa jurídica, individual ou coletiva que, assumindo os riscos da atividade econômica, assalaria e dirige a prestação de serviços, equiparando-se a ele, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitem trabalhadores como empregados.



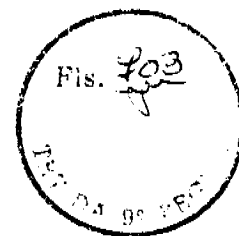
- b) Sucessão é a substituição de uma pessoa por outra na mesma relação jurídica, inexistindo responsabilidade solidária entre sucessor e sucedido perante o empregado.
- c) Ocorre sucessão trabalhista quando há mudança na propriedade do estabelecimento como unidade produtiva, respondendo o novo empregador pelos contratos de trabalho concluídos pelo anterior.
- d) A sucessão de empregador não resta caracterizada quando é vendido apenas um estabelecimento dos que possui a pessoa jurídica, com relação aos empregados que trabalham naquela unidade produtiva, ainda que presentes os demais elementos configuradores.
- e) A caracterização da sucessão de empregadores requer que um estabelecimento, como unidade econômico-jurídica, passe de um para outro titular, bem como que a prestação de serviços não sofra solução de continuidade.

12- É INCORRETO AFIRMAR:

- a) Doutrinariamente, remuneração corresponde a tudo que o empregado percebe no curso do contrato de trabalho e em decorrência dele, provenha do empregador ou não, enquanto que salário é a retribuição paga diretamente pelo empregador.
- b) A gratificação ocasional, inabitual e sem ajuste, a título de reconhecimento ou prêmio, que não se repete, não se integra ao salário.
- c) Salário por tempo é aquele pago em função do tempo no qual o trabalho foi prestado ou o empregado permaneceu à disposição do empregador.
- d) Salário por produção é aquele calculado com base no número de unidades produzidas pelo empregado, sendo o valor de cada unidade fixado pelo empregador, em regra, cujo pagamento semanal, quinzenal ou mensal é efetuado calculando-se o total das unidades produzidas multiplicado pelo valor unitário.
- e) Salário por tarefa é aquele pago com base na produção, inexistindo vantagem para o empregado, quando a tarefa é cumprida antes do término da jornada normal, porquanto não sofre acréscimo o preço da tarefa efetuada em continuidade, nem é dispensado o empregado do restante da jornada.

13 - ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

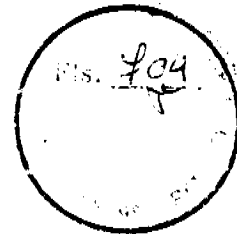
- a) Os contratos de trabalhadores autônomos e dos eventuais são regidos pelo Código Civil e são denominados locação de serviços ou prestação de serviços podendo, todavia, o autônomo sindicalizar-se.



- b) A Constituição Federal de 1.988 assegura igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício e o trabalhador avulso, e seus direitos são aqueles resultantes de contrato coletivo de trabalho mais os da Constituição Federal.
- c) O trabalhador temporário é regido pela Lei nº6.019/74, conceituando-se como aquele que presta serviços à uma empresa de trabalho temporário, sendo-lhe assegurado apenas: remuneração equivalente à percebida pelos empregados da categoria da empresa tomadora ou cliente; salário mínimo; jornada diária máxima de oito horas; férias proporcionais; previdência social; adicional de horas extras; adicional noturno e FGTS.
- d) O trabalhador a domicílio presta serviços em sua residência para empregador, e seu trabalho é destinado a fins lucrativos, comerciais, industriais, sendo-lhe aplicáveis as normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, sempre que caracterizada a relação empregatícia.
- e) O contrato de equipe pressupõe que o trabalho não se possa realizar senão mediante os esforços de uma equipe, sendo aquele tipicamente celebrado com um conjunto de trabalhadores organizados espontaneamente para realizar um trabalho comum.

14 - ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) O contrato de experiência destina-se a provar a capacidade técnica do empregado, suas atitudes sociais e disciplinares e, por parte do empregador, permitir que o trabalhador avalie as condições de trabalho, o ambiente e sua adaptação ao serviço e aos superiores hierárquicos.
- b) O contrato de aprendizagem é uma forma especial do contrato de trabalho subordinado, onde o empregador assume primordialmente, a obrigação de pagar a contraprestação devida pelo serviço prestado, decorrendo a aprendizagem como consequência natural e lógica do exercício do ofício ou ocupação para a qual foi contratado o aprendiz.
- c) O menor de 18 anos e maior de 12 anos poderá ser contratado como aprendiz, pagando-se-lhe salário nunca inferior a meio salário mínimo durante a primeira metade da duração máxima prevista para o aprendizado do respectivo ofício.
- d) O trabalhador doméstico é aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial desta, assegurando-se a essa categoria profissional a anotação da CTPS, férias anuais remuneradas em pelo menos um terço a mais do que o salário normal, licença gestante de 120 dias, licença paternidade, aviso prévio de 30 dias, aposentadoria e integração à Previdência Social, além de salário mínimo, irredutibilidade de salário, 13º salário e repouso semanal remunerado.
- e) A licença gestante da empregada doméstica, de 120 dias, é devida e paga pela Previdência Social e a garantia de emprego consiste no direito de não ser despedida nesse período.

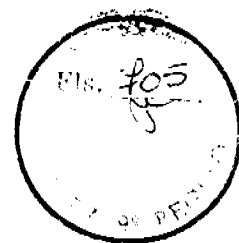


15 - ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) Entre duas jornadas de trabalho deve haver um intervalo mínimo de 11 horas, assegurando-se ao empregado a percepção das horas que o adentrar em labor, como extraordinárias, observando-se, além dele, o intervalo de 24 horas exigido quando entre duas semanas de trabalho.
- b) Quando o trabalho é prestado por mais de 4 horas e até 6 horas, a lei obriga a concessão de intervalo de 15 minutos e de 1 a 2 horas nas jornadas excedentes de seis horas, computando-se-os na duração da jornada.
- c) O intervalo intrajornada poderá ser alterado em sua duração máxima ou mínima, bastando para tanto acordo escrito, individual ou coletivo, em que as partes ajustem o elastecimento ou redução em razão de peculiaridades ou exigências do próprio serviço.
- d) Ao rurícola também é assegurado o intervalo intrajornada de no mínimo uma hora e no máximo duas horas, sempre que a duração da jornada for superior a seis horas diárias.
- e) Todo empregado tem direito ao repouso semanal remunerado de vinte e quatro horas consecutivas, aos domingos e, nos limites das exigências técnicas da empresa, nos feriados civis e religiosos de acordo com a tradição local, com exceção dos trabalhadores avulsos organizados em forma de Sindicato.

16 - ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) O salário, inclusive comissões, gratificações e percentagens, deve ser pago em períodos máximos de um mês, sem exceção, justificando-se a exigência legal em função das obrigações rotineiras assumidas pelas pessoas em geral e que, normalmente, tem a mesma periodicidade.
- b) No caso de mora salarial não pode o empregado rescindir indiretamente o contrato de trabalho pelo descumprimento das obrigações do empregador, muito embora seja este passível de punição quando dolosamente retiver os salários.
- c) O salário é irredutível, exceto quando a redução decorrer de acordo ou convenção coletiva de trabalho ou de ato unilateral do empregador nos casos de força maior.
- d) São legalmente permitidos os descontos por danos causados dolosamente pelo empregado ao empregador, estando condicionada a legalidade daqueles ocasionados por atos de imprudência, imperícia ou negligência, à anuência do empregado previamente acordada.



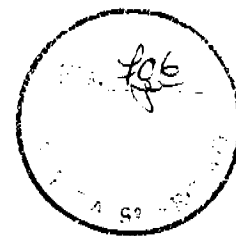
- e) Os salários são absolutamente impenhoráveis, não se admitindo sua constrição nem mesmo para o pagamento de impostos e taxas para com a Fazenda Pública.

17 - ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) A morte do trabalhador acarreta a extinção do contrato de trabalho, assegurando-se aos seus dependentes habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para concessão de pensões por morte ou, na sua falta, àqueles indicados em alvará judicial, o saldo da conta vinculada do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- b) Ocorrendo motivo de força maior que determine a extinção da empresa, ou de um dos estabelecimentos em que trabalhe o empregado sem direito à estabilidade, é assegurada a este, quando despedido, uma indenização equivalente à metade da que seria devida em caso de rescisão sem justa causa.
- c) Rescisão indireta do contrato de trabalho é aquela decorrente de decisão do empregado, motivado por justa causa praticada pelo empregador, exigindo-se para sua configuração os mesmos elementos que caracterizam a justa causa praticada pelo empregado.
- d) O descumprimento do dever de realizar tarefas que lhe sejam confiadas pelo empregador, constitui indisciplina, insubordinação ou desídia por parte do empregado. Todavia a exigência de serviços superiores à suas forças, considerando-se como tal também aqueles superiores à sua capacitação técnica e profissional, caracteriza rigor excessivo, justificando a rescisão indireta do contrato de trabalho.
- e) Quando o salário é pago por produção ou tarefa, a redução do número de peças ou do volume de tarefas confiadas ao empregado, que afete "sensivelmente" a importância total do salário obtido em condições normais, pode caracterizar justa causa para o empregado rescindir o contrato de trabalho.

18 - SOBRE AS FÉRIAS É INCORRETO AFIRMAR:

- a) O empregado que permanece afastado em decorrência da concessão pela Previdência Social de auxílio-doença, previdenciário ou acidentário por período superior a seis meses, contínuos ou descontínuos, perde o direito a férias.
- b) O direito do empregado às férias é irrenunciável, sendo permitido convertê-las apenas parcialmente em espécie, através do abono de férias.



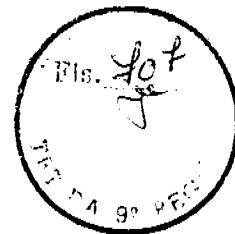
- c) Assegura-se a membros da mesma família, no mesmo emprego, a fruição de férias no mesmo período, assim como é assegurado para os estudantes menores de 18 anos, férias coincidentes com as férias escolares.
- d) O prazo para ajuizamento de ação postulando indenização de férias não concedidas é de dois anos quando extinto o contrato de trabalho, e de cinco anos durante a sua vigência, contando-se a prescrição a partir do fim do período aquisitivo.
- e) Comunicando-se a Delegacia Regional do Trabalho e o Sindicato de Trabalhadores, com antecedência mínima de 15 (quinze dias), é facultado ao empregador conceder férias coletivas a todos os empregados ou de determinados estabelecimentos ou setores da empresa, permitindo-se o fracionamento até dois períodos anuais, desde que nenhum seja inferior a dez dias.

19 - CONSIDERANDO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO FORMULADAS, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- I - A Constituição Federal de 1.988, ao facultar a dispensa mediante o pagamento de indenização, reconheceu como direito potestativo do empregador, o despedimento do empregado, não prevalecendo mais os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho que dispunham sobre estabilidade decenal como regra geral.
- II - Ao dirigente e representante sindical a Constituição Federal de 1.988, fixou estabilidade especial, vedando sua dispensa a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação sindical até um ano após o final do seu mandato, caso seja eleito, exceto como suplente, ou até a eleição se não o for, salvo se cometer falta grave devidamente apurada nos termos da lei.
- III - É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado eleito para cargo de direção de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato, como também da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
- IV - São exemplos de estabilidade provisória: a da gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto; a dos empregados eleitos para cargo de direção das IPAs, desde o registro da candidatura e se eleito, até um ano após o mandato.

- a) as proposições I, III e IV estão corretas;
- b) as proposições II e IV são falsas;
- c) todas as proposições estão corretas;
- d) todas as proposições são falsas;
- e) nenhuma das alíneas anteriores está correta.

20 - Sobre Sindicato é INCORRETO afirmar:

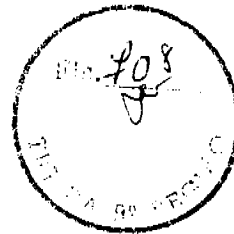


- a) O Sindicato tem a prerrogativa de representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da profissão liberal ou categoria, ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida. Esta é uma representação legal e não voluntária, cujos poderes são outorgados pelo Estado.
- b) Ao Sindicato atribui a nossa legislação, ora a condição de representante, ora a de substituto processual, necessitando de autorização dos representados na 1ª hipótese, agindo na 2ª, em nome próprio, em favor de terceiros, independentemente de outorga de poderes dos substituídos.
- c) A legislação pátria consagra o princípio da unicidade sindical, mas flexibiliza-se, conforme preleciona a doutrina, ao possibilitar a criação de categorias diferenciadas e a descentralização de bases territoriais.
- d) A sindicalização é livre, resultando de ato de vontade do trabalhador ser sócio do sindicato único da categoria.
- e) as alternativas *a, b, c* são incorretas.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

21. FALANDO-SE EM PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO É CORRETO AFIRMAR, SEMPRE CONSIDERANDO A DOCTRINA PREDOMINANTE:

- a) não há princípios aplicáveis especialmente no processo do trabalho; o que existem são técnicas específicas, peculiaridades atinentes a um ou alguns atos processuais;
- b) entre os princípios do direito processual do trabalho podem ser enumerados: o da primazia da realidade; o da razoabilidade; o da celeridade, o da oralidade;
- c) são considerados princípios basilares no processo do trabalho o da concentração, da oralidade, imediatidade e da celeridade;
- d) a lealdade e a boa-fé são princípios aplicáveis ao direito material do trabalho, mas não ao direito processual do trabalho;
- e) das assertivas acima mais de uma está absolutamente correta.



22. QUANDO SE FALA EM COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO É CORRETO AFIRMAR:

- a) dispõe o artigo 114, da Constituição Federal, sobre a competência desta Justiça Especializada. Nele está contida a determinação de que a Justiça do Trabalho conciliará e julgará dissídios individuais entre trabalhadores e seus empregadores e outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, onde se incluem as que versam sobre acidente do trabalho ocorrido dentro da empresa;
- b) o poder normativo, instituto repudiado por grande maioria dos estudiosos em matéria trabalhista, encontra-se em via de extinção em razão da reforma constitucional que se estuda no país. Entretanto, enquanto ainda vigente, atribuiu a órgãos jurisdicionais uma espécie de poder legislativo e tem suas decisões sempre e somente natureza jurídica, pois fazem lei entre as partes. Questões de natureza econômica são discutidas em celebração de convenções coletivas de trabalho;
- c) ao Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento compete, sem a participação dos juízes classistas, conceder medida liminar em reclamações que visem reintegrar no emprego dirigente sindical afastado, suspenso ou dispensado pelo empregador;
- d) compete às Juntas de Conciliação e Julgamento o julgamento de questão que envolva pedido de indenização de dano moral originado num contrato de trabalho, de ações decorrentes do contrato de empreitada, qualquer que seja a condição do empreiteiro, e ação possessória movida por empregador que coloca à disposição do empregado imóvel para sua morada, mediante contrato de locação;
- e) quando o empregado foi contratado no estrangeiro e lá se originou o dissídio, a Justiça do Trabalho brasileira será sempre competente para apreciar e julgar a lide daí decorrente.

23. LEIA ATENTAMENTE E RESPONDA, SEMPRE CONSIDERANDO O ENTENDIMENTO PREDOMINANTE NA DOCTRINA, O QUE SE ENCONTRA INCORRETO:

- a) havia, na doutrina clássica, classificação das exceções em: *dilatórias*, aquelas que tinham por objetivo retardar fosse proferida sentença de mérito; *peremptórias*, aquelas que visavam a por fim ao processo, com ou sem exame do mérito;
- b) o texto legal vigente faz apenas referência às exceções de suspeição e de incompetência. Entretanto, a interpretação deste texto se fez no sentido de que também os impedimentos podem ser argüidos por meio de exceções, aplicando-se o desdobramento feito pelo Código de Processo Civil;



c) a exceção é um remédio processual utilizável para a arguição da incompetência relativa do juízo. A incompetência absoluta, por sua vez, deve ser argüida como preliminar de mérito da contestação;

d) o texto literal do artigo 802, da Consolidação das Leis do Trabalho, permite a interpretação de que o juiz inquinado de suspeito participe do julgamento da exceção de suspeição. Nisto difere a legislação processual trabalhista da civil, quando o artigo 313, do Código de Processo Civil deixa claro ser necessária a remessa dos autos ao tribunal para julgar a exceção no caso de o juiz não reconhecer sua suspeição;

e) a exceção de incompetência, apresentada, determina que seja aberto o prazo de dez dias para manifestação pelo excepto e, em seguida, será decidida pelo juiz.

24. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA, OBSERVANDO A LEI:

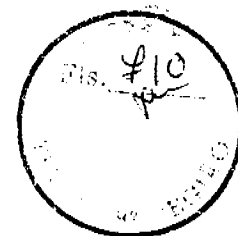
a) as audiências, na Justiça do Trabalho, serão realizadas sempre em dias úteis, previamente fixados, podendo se dar entre 06h e 20h, por determinação legal, mas, como o atendimento ao público nas Juntas se dá entre 12h e 18h, a praxe é a realização de audiências neste período do dia;

b) sendo a parte passiva da ação massa falida, cuja execução exigirá participação do juízo falimentar, deverá o juiz do trabalho dar preferência a este tipo de ação em todas as fases processuais, de forma que seu trâmite consuma o menor tempo possível;

c) iniciada a audiência, na qual o juiz e as partes devem comparecer na hora marcada, podendo aquele atrasar-se até um máximo de quinze minutos, o juiz deverá receber a defesa e em seguida propor a conciliação entre as partes. A ausência de tentativa de conciliação gerará a nulidade processual;

d) o comparecimento das partes em audiência é exigência legal. Segundo o texto legal, a ausência do autor importará na extinção do processo, com o arquivamento dos autos, gerando os efeitos da revelia e confissão quanto à matéria de fato a ausência do empregador. Porém, se o empregador não puder comparecer pessoalmente pode ser substituído por preposto que tenha conhecimento dos fatos e o empregado, na mesma situação, poderá se fazer substituir por pessoa da família ou por pessoa do sindicato profissional representante de sua categoria. A substituição do empregado, no entanto, exige a ocorrência de motivo ponderoso, o que não ocorre com o empregador;

e) se houver acordo entre as partes, em audiência, será lavrado um termo, que conterá as suas condições de cumprimento. As partes poderão estabelecer uma penalidade para o caso de descumprimento da avença. Esta penalidade pode atingir até cem por cento do valor do acordo, mas não é possível pactuar que fica a parte devedora inadimplente obrigada ao pagamento de todo o pedido formulado na inicial, pois o valor estipulado para o acordo gera novação.



25. RESPONDA CORRETAMENTE APÓS CUIDADOSA LEITURA:

I - o inquérito para apuração de falta grave é ação proposta pelo empregador em face do empregado estável. A doutrina ainda não é unânime na fixação de que tipo de empregado encontra-se nesta qualificação, especialmente se incluídos estão os membros integrantes da CIPA eleitos pelos empregados e as empregadas gestantes, por exemplo. É certo, porém, que os empregados com estabilidade decenal, adquirida antes da vigência do atual texto constitucional e os dirigentes sindicais eleitos somente podem ser despedidos através do inquérito;

II- os empregados portadores de estabilidade no emprego somente podem ser despedidos se praticarem falta grave ou ocorrer motivo de força maior para seu desligamento, mas os motivos da dispensa devem ser previamente alegados e provados na competente ação de inquérito para apuração de falta grave;

III - a sentença proferida na ação de inquérito para apuração de falta grave tem natureza constitutiva porque é ela que autoriza a rescisão do contrato de trabalho;

IV - a sentença proferida na ação de inquérito para apuração de falta grave tem natureza declaratória porque apenas reconhece a existência de um fato pré-existente, a prática da falta, e declara desfeito o contrato de trabalho desde a data em que o empregado foi suspenso pelo empregador, se utilizada esta faculdade;

V - a ação de inquérito para apuração de falta grave, por ser uma ação movida pelo empregador em face do empregado, como todas as demais ações que têm igual autoria (o empregador), não goza do benefício da gratuidade, do pagamento das despesas processuais ao final. Por esta razão as custas devem ser pagas antes da sentença ser proferida e são calculadas sobre equivalente a seis vezes o valor atribuído à ação.

- a) somente está errada a assertiva IV;
- b) somente está correta a assertiva III;
- c) encontram-se incorretas as assertivas II e IV, apenas;
- d) encontram-se corretas as assertivas I e III, apenas;
- e) não há assertiva incorreta.

26. QUANTO À PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO, ANALISE E RESPONDA CORRETAMENTE:

I - o depoimento ou inquirição da partes tem por objetivo principal a busca da confissão, da veracidade dos fatos alegados pela parte contrária (necessário o registro de que há respeitáveis entendimentos em sentido contrário). Se uma das partes se recusa



injustificadamente a responder ou diz desconhecer os fatos sobre os quais é interrogado a confissão também existe, só que presumida. Nesta situação, diverge a doutrina quanto à possibilidade de serem produzidas outras provas em audiência - depoimento de testemunhas, por exemplo - com a finalidade de afastar ou abrandar os efeitos desta confissão;

II- o incidente de falsidade é ação cujo objetivo é provar a falsidade ideológica ou material de determinado documento. Deve ser proposta no prazo de dez dias a contar do momento em que a parte contra quem foi produzido tomar ciência de sua juntada aos autos, prazo este preclusivo. Sua decisão, no processo do trabalho, tem natureza interlocutória e, por isto, não é passível de imediato recurso;

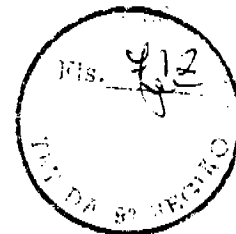
III- segundo entendimento que predomina nos tribunais, testemunha que também litiga com a reclamada, em outro processo, deve ser sempre contraditada porque tem evidente interesse no litígio;

IV- havendo litisconsórcio ativo haverá possibilidade de serem indicadas até três testemunhas para cada autor, o mesmo ocorrendo com pluralidade de réus.

- a) a assertiva I é a única correta;
- b) a assertiva IV é a única incorreta;
- c) não há assertiva correta;
- d) não há assertiva incorreta;
- e) somente são incorretas as assertivas III e IV.

27. A RECONVENÇÃO É UMA AÇÃO DO RÉU EM FACE DO EMPREGADO QUE, POR ECONOMIA PROCESSUAL, OCORRE DENTRO DE UM MESMO PROCESSO. A DOCTRINA, QUE JÁ DISCUTIU SOBRE O CABIMENTO DESTA AÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO, CONCLUIU DE FORMA POSITIVA. ASSIM, RESPONDA CORRETAMENTE:

- a) como a reconvenção é uma ação distinta da reclamação ela deve ser apresentada, nos termos da legislação civil, no prazo da defesa, que é de quinze dias;
- b) em ação de consignação em pagamento não pode ser admitida a reconvenção porque, nesta situação, o autor aproveitaria a iniciativa do empregador para fazer a reclamação. Os ritos são distintos e, por isto, também não são compatíveis ação de consignação e reconvenção;
- c) tratando-se a reconvenção de uma nova ação, deverá o juiz conceder prazo ao reconvinido para contestá-la. Como no processo do trabalho a defesa é apresentada em



audiência, deverá, oferecida a reconvenção, ser designada nova audiência para a resposta;

d) recebida a defesa a parte ré poderá apresentar reconvenção. O juiz, então, deferirá prazo para a resposta do reconvido e esta será apresentada em secretaria. A instrução processual da ação e da reconvenção poderá ser única, confundindo-se ambas. A sentença a ser proferida, por sua vez, também decidirá sobre a ação e a reconvenção;

e) a reconvenção é uma espécie de compensação, que pode ser utilizada pela parte ré indistintamente, já que geram ambas os mesmos efeitos. A única diferença existente é que uma fica limitada ao salário do autor e a outra não sofre esta limitação.

28. ANALISANDO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, RESPONDA CORRETAMENTE:

I- os dissídios coletivos de trabalho, **segundo o texto constitucional**, somente podem ser ajuizados por sindicatos depois de esgotadas as tentativas prévias de conciliação;

II- as sentenças normativas podem fixar regras de trabalho que assegurem condições de trabalho diversas daquelas previstas em lei; entretanto, devem assegurar, pelo menos, o que a lei já assegura;

III- as sentenças normativas têm efeitos “erga omnes” e submetem-se aos efeitos da coisa julgada material;

IV- as sentenças normativas podem ter natureza constitutiva, quando estabelecem novas condições de trabalho, ou declaratórias, quando apenas visam à interpretar ou declarar determinada norma coletiva; não podem as sentenças normativas, nunca, ser condenatórias, posto que sua execução se dá através de ação individual autônoma.

a) não há proposição incorreta;

b) apenas a proposição I é incorreta;

c) a proposição II é incorreta e a IV parcialmente correta;

d) não há proposição correta;

e) apenas a proposição IV é correta.

29. RESPONDA INDICANDO QUAL A QUESTÃO QUE SE ENCONTRA CORRETA:

I - no processo do trabalho há ações que não necessitam de transcrição de depoimentos das partes, bastando que a conclusão da Junta seja transcrita em ata;



II- no processo do trabalho há ações que não comportam recurso, em nenhuma hipótese; estas ações são as chamadas ações de alçada exclusiva da Junta;

III- segundo os termos da Lei nº 5.584/70, as ações de alçada exclusiva da Junta são aquelas cujo valor **fixado pela parte autora** não excede a dois salários mínimos legais; nestes casos, a parte ré pode impugnar o valor **atribuído à ação pela parte autora**, sendo que o momento processual correto é quando aduzidas razões finais;

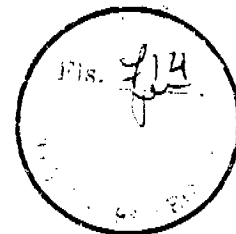
IV- a Junta poderá, havendo pedido e verificando que o autor da ação percebia menos do que dois salários mínimos legais e que buscou a assistência do sindicato de classe, condenar a parte ré ao pagamento de honorários assistenciais;

V) na hipótese acima, preenchidos os requisitos referidos, não se alterará em nada a situação se o juiz observar que o autor não é associado do sindicato que presta assistência.

- a) as assertivas I, II e III encontram-se corretas;
- b) as assertivas I, IV e V encontram-se corretas;
- c) somente as assertivas I, III e IV encontram-se corretas;
- d) não há assertivas incorretas;
- e) somente as assertivas III e IV estão corretas.

30. A AÇÃO MONITÓRIA, INOVAÇÃO RECENTE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, INTRODUZIDA NO NOSSO SISTEMA JURÍDICO PELA LEI Nº 9.079/95, É:

- a) incompatível com o processo do trabalho porque nele não há possibilidade de executar um direito sem antes permitir toda uma instrução processual e prova do direito do autor;
- b) compatível com o processo do trabalho, que permite a execução não só do título executivo judicial como do título executivo extrajudicial, desde que demonstrado o direito através de prova documental ou testemunhal, produzida em audiência, em regra;
- c) ação que pode ser utilizada por aquele que pretender o pagamento de uma certa quantia ou o recebimento de coisa fungível, desde que haja prova documental do direito;
- d) ação que deve ter instrução sumária perante a Junta que, convencendo-se do direito do autor, proferirá decisão e expedirá mandado de citação para executar o título judicial, não existindo, por isto, uma fase de conhecimento, mas sim execução imediata;



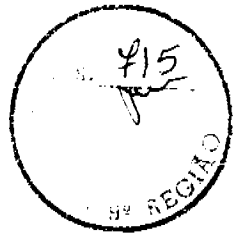
e) ação que não permite ao réu a defesa, sendo desde logo tratado como devedor, que só poderá opor-se ao pedido através de embargos, previamente garantido o juízo.

31. TRATANDO-SE DE NULIDADES, NÃO É CORRETO DIZER, OBSERVANDO-SE SEMPRE O ENTENDIMENTO QUE PREVALECE COM BASE NOS TERMOS LEGAIS, NA DOCTRINA E NA JURISPRUDÊNCIA:

- a) deverão ser sempre que constatadas pelo juízo, declaradas de ofício, posto que não pode uma ação prosseguir com vícios que a invalidam;
- b) deverão ser declaradas de ofício apenas quando constatada a incompetência absoluta do juízo. Nesta situação, entretanto, somente serão considerados nulos os atos decisórios, podendo ser aproveitados os demais atos processuais praticados pelo juiz que for tido como competente;
- c) impedida a parte de produzir determinada prova em audiência, poderá argüir nulidade processual por cerceamento de defesa. Nesta hipótese, reconhecido o cerceio, deve a nulidade ser declarada, salvo se puder a questão ser resolvida em favor da parte que teria sido prejudicada. Esta solução encontra amparo no disposto no artigo 249, do Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente no processo do trabalho;
- d) indicada pela parte testemunha para ser ouvida em juízo esta, sendo contraditada pela parte contrária, tem seu depoimento dispensado pelo juiz que acolhe os argumentos da contradita e considera a testemunha suspeita, encerrando a instrução processual sem sua oitiva. A parte que a indicou, considerando-se prejudicada, poderá requerer a nulidade processual por ter seu direito de defesa cerceado. Este requerimento deverá ocorrer no momento em que a parte for aduzir razões finais, primeira oportunidade em que deve falar nos autos. Isto não a impede, porém, de pretender o registro de seu requerimento ainda na ata de audiência, logo após o acolhimento da contradita, embora este procedimento não seja exigido por lei;
- e) somente justifica o acolhimento da nulidade argüida pela parte quando a falta não puder ser suprida por outra forma e desde que cause prejuízo a alguma ou a ambas as partes; do contrário, o juiz não a pronunciará.

32. TRANSITADA EM JULGADO UMA DECISÃO, OU NÃO HAVENDO MAIS RECURSO PENDENTE DE JULGAMENTO COM EFEITO SUSPENSIVO, É CORRETO DIZER:

- a) as partes deverão requerer ao juízo da execução o seu início, pois a elas cabe decidir se pretendem liquidar a ação diretamente ou se preferem a utilização de um calculista nomeado pelo juízo; optando pela segunda hipótese, então será aplicado o disposto no artigo 879, § 2º, da C.L.T., para a liquidação da conta;



b) segundo o entendimento que predomina na jurisprudência e na doutrina - repete-se, predomina, embora existam abalizadas opiniões em contrário - o juiz da execução deverá determinar, sempre, a remessa dos autos para um calculista que elaborará a conta de liquidação e, só então, as partes serão chamadas a sobre ele se manifestar;

c) elaborada a conta, tida como correta pelo juiz da execução, procederá sua homologação e determinará a citação do devedor para que, no prazo de cinco dias, pague a dívida, garanta a execução com depósito do seu valor ou então apresente bens para penhora, requisitos indispensáveis para oferecimento de embargos à execução;

d) elaborada a conta, tornada líquida a condenação, o juiz da execução a homologará fixando seu valor e determinará a citação do devedor, o que se fará por oficial de justiça; garantida a execução, então inicia o prazo para que o devedor apresente embargos à execução. Quanto ao credor, na hipótese de ter tomado conhecimento da homologação dos cálculos antes da garantia do juízo, então desde logo inicia seu prazo para impugnar a sentença de liquidação; do contrário, este prazo terá início apenas quando for cientificado da garantia do juízo;

e) elaborada a conta de liquidação, que poderá ser feita por calculista nomeado pelo juízo ou pelas partes, tendo-a como correta o juízo da execução fará sua homologação e determinará a citação do devedor; este poderá pagar a conta, se com ela concordar. Do contrário, pretendendo discutí-la, deverá garantir a execução, da forma prevista em lei e, então, terá o prazo de cinco dias para apresentar embargos à execução. O exequente, por sua vez, poderá apresentar impugnação à sentença de liquidação no prazo de cinco dias, igualmente contado da sua ciência da garantia do juízo.

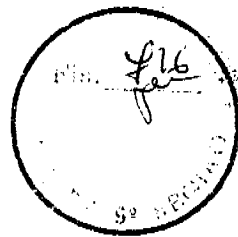
33. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

I- segundo o entendimento predominante, a correição parcial pode ser utilizada pela parte sempre que houver prática de ato judicial atentatório à ordem processual e desde que não haja recurso específico contra este procedimento;

II- o recurso adesivo, admitido no processo do trabalho, quando interposto pela reclamada encontra-se sujeito às demais condições de admissibilidade dos demais recursos, ou seja depende da realização de depósito para garantia do juízo e de pagamento de custas processuais;

III- o recurso de agravo de instrumento pode ser interposto, no processo do trabalho, apenas contra decisão que denega seguimento a outro recurso, inclusive agravo de petição;

IV - as decisões proferidas em execução de sentença podem ser objeto de recurso de agravo de petição, mas não pode ser admitida a interposição de recurso de revista destas mesmas decisões; existe, entretanto, exceção a esta regra, que é a existência de discussão sobre matéria constitucional;



V- a admissibilidade dos recursos ordinário, de agravo de petição e de agravo de instrumento fica sujeita ao exame pelo juízo "a quo"; quando se tratar de agravo de instrumento, porém, mesmo que intempestivo, seu processamento não pode ser negado por este juízo;

VI - quanto à admissibilidade dos recursos, caberá ao juiz que a análise verificar se não ocorreram fatos que importem em preclusão, lógica ou consumativa; em caso positivo, deverá negar seguimento ao recurso.

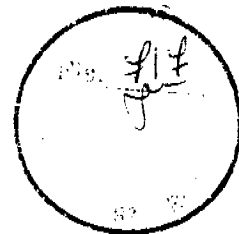
- a) todas as proposições encontram-se corretas;
- b) apenas a proposição VI não é correta;
- c) as proposições IV e V encontram-se incorretas;
- d) a proposição I não é correta;
- e) a proposição II não é correta porque não é admitido recurso adesivo no processo do trabalho, estando a matéria inclusive sumulada.

34. QUANTO À AÇÃO CIVIL PÚBLICA, É POSSÍVEL DIZER:

- a) é cabível perante a Justiça do Trabalho;
- b) tem legitimidade para sua proposição, perante a Justiça do Trabalho, apenas o Ministério Público do Trabalho;
- c) não se trata esta ação de um dissídio coletivo, também cabível no processo do trabalho, porque este pretende a criação de normas jurídicas ao passo que aquela visa ao cumprimento de normas já existentes;
- d) tem predominado o entendimento de que a ação civil pública, no âmbito da Justiça do Trabalho, deve ser apreciada, originariamente, pelas Juntas de Conciliação e Julgamento;
- e) todas as alternativas acima encontram-se corretas.

35. TRATANDO-SE DE EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, DIZ-SE, CORRETAMENTE:

- a) as decisões proferidas nos embargos à execução podem ser revistas na análise do recurso de agravo de petição. Mesmo que a executada não interponha recurso estas decisões serão revistas através de reexame necessário, por força do disposto no Decreto-lei nº 779/69;



- b) a Fazenda Pública, quando homologada a conta e citada, pode oferecer embargos à execução, cujo prazo, se observado o texto legal (CLT, artigo 884) - embora possa existir discussão doutrinária a respeito - é de cinco dias apenas, já que não são os embargos de defesa nem recurso;
- c) os pagamentos dos débitos da Fazenda Pública se farão, sempre, através de precatórios requisitórios, inclusive quando devedora autarquia ou fundação que explore atividade econômica;
- d) toda as alternativas acima encontram-se incorretas;
- e) toda as alternativas acima encontram-se corretas.

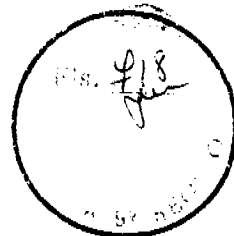
DIREITO PROCESSUAL CIVIL.

36. A PROPÓSITO DA JURISDIÇÃO, ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA CONSIDERANDO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

- a) A jurisdição, como manifestação da soberania do Estado, é una e indivisível. Porém, levando em conta particularidades que impõem a repartição das atribuições jurisdicionais entre diferentes órgãos, bem como o aspecto de sua abordagem e outras peculiaridades, a doutrina costuma admitir sua classificação por espécies;
- b) A jurisdição civil pode ser contenciosa ou voluntária;
- c) Ao classificar a jurisdição, quanto ao objeto, em penal e civil, a doutrina atribui a esta última, em sentido amplo, todas as lides não penais;
- d) Por jurisdição "comum" entende-se todas as "justiças", com exceção das chamadas "justiças especiais", que são: a Trabalhista, a Militar e a Federal;
- e) Na jurisdição voluntária, ao contrário da contenciosa, não há partes, porque não há controvérsia, antagonismos ou conflitos de interesses, apenas "interessados";

37. EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIA É CORRETO AFIRMAR:

- I - No processo civil, a regra é que a competência se fixe pelo domicílio do réu, com as exceções previstas pela própria lei processual civil.



- II- É competente a autoridade judiciária brasileira sempre que o réu for domiciliado no Brasil, não importando se nacional ou estrangeiro.
 - III- A ação em que o incapaz for réu se processará no foro do domicílio de seu representante;
 - IV- A competência interna ou especial tem suas linhas gerais traçadas pela Constituição Federal, quando discrimina as competências dos vários órgãos do Poder Judiciário, também disciplinando o assunto as leis de organização judiciária dos Estados.
- a) Todas as proposições encontram-se corretas;
 - b) As proposições III e IV estão incorretas;
 - c) Somente a proposição III está incorreta;
 - d) Somente as proposições I e IV estão corretas;
 - e) Nenhuma das proposições está correta.

38. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

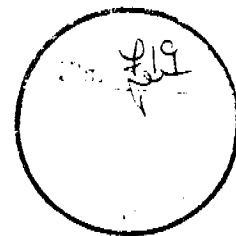
- a) De acordo com o Art. 103, do CPC, reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir e quando se verificar identidade de partes;
- b) A competência em razão do valor e do território poderá modificar-se pela conexão ou continência, observado o disposto no CPC;
- c) O juiz da causa principal é também competente para a reconvenção, porém não para a ação declaratória incidente, as ações de garantia e outras que respeitem ao terceiro interveniente;
- d) Se o conhecimento da lide depender necessariamente da verificação da existência de fato delituoso, deve o juiz mandar sobrestar o andamento do processo até que se pronuncie a Justiça Criminal;
- e) A competência em razão da matéria e da hierarquia é derogável por convenção das partes.

39. A RESPEITO DA AÇÃO É INCORRETO AFIRMAR:

- a) A ação, ao lado da jurisdição e do processo, compõe a tríade processual responsável pela solução dos conflitos de interesses pelo Poder Público;
- b) São condições da ação a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade de parte e o interesse de agir;
- c) A ausência de uma das condições da ação leva à carência de ação;
- d) São elementos da ação as partes, a causa de pedir e o pedido;
- e) Ao dar pela carência de ação, após as providências do Art. 323 do CPC, o juiz operou extinção do processo com julgamento do mérito.

40. ANALISANDO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, RESPONDA:

- I - O que caracteriza o processo é seu conteúdo finalístico, na qualidade de instrumento de que se vale o Estado para a solução dos conflitos de interesses, distinguindo-se do procedimento, que é a seqüência de atos dos órgãos jurisdicionais, dos sujeitos da lide ou de terceiros, que se interligam e tem por objetivo comum o provimento final;
- II- Os pressupostos processuais são de duas naturezas: pressupostos subjetivos e pressupostos objetivos, sendo os primeiros relacionados com os sujeitos da relação processual, ou seja, as partes e o juiz;
- III- Considera-se proposta a ação quando a petição inicial é despachada pelo juiz ou quando distribuída, onde houver mais de uma Vara;



IV- A alteração do pedido ou da causa de pedir pode ser admitida após o saneamento do processo, de acordo com o parágrafo único, do Art. 264 do CPC.

- a) Todas as proposições encontram-se corretas;
- b) As alternativas III e IV encontram-se incorretas;
- c) Só a alternativa IV está incorreta;
- d) Nenhuma das proposições está correta.
- e) Apenas a alternativa I está correta.

41. A CITAÇÃO VÁLIDA É O ATO QUE:

- a) Torna prevento o juízo e induz litispendência;
- b) Faz litigiosa a coisa;
- c) Ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição;
- d) As alternativas "a", "b" e "c" estão corretas;
- e) Somente as alternativas "a" e "b" estão corretas.

42. O JUIZ NÃO SE EXIME DE SENTENCIAR OU DESPACHAR ALEGANDO LACUNA OU OBSCURIDADE DA LEI. CONSTATANDO OMISSÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO OU NO PRÓPRIO TEXTO LEGAL SOBRE DETERMINADO PONTO POLÊMICO, CABE AO JUIZ:

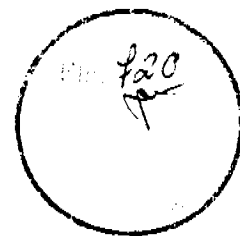
- a) decidir livremente, segundo seu critério pessoal;
- b) recorrer sempre ao princípio da equidade;
- c) recorrer à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito;
- d) recorrer sempre à analogia ou aos princípios gerais de direito, não sendo permitido aplicação dos costumes em nosso direito;
- e) inspirar-se apenas em regras previstas para casos semelhantes, no direito comparado.

43. A PROPÓSITO DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO PROCESSO, ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) A denunciação da lide é obrigatória àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda;
- b) É admissível o chamamento ao processo de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum;
- c) a oposição, oferecida antes da audiência, será apensada aos autos principais e correrá simultaneamente com a ação, sendo ambas julgadas pela mesma sentença;
- d) a intervenção no processo dos outros fiadores, quando para a ação foi cotado apenas um deles, poderá ser obtida através de nomeação à autoria;
- e) a citação do denunciado será requerida no prazo para contestar, se o denunciante for o réu.

44. VERIFICANDO O JUIZ QUE A PETIÇÃO INICIAL NÃO PREENCHE OS REQUISITOS EXIGIDOS NOS ARTIGOS 282 E 283, DO CPC, OU QUE APRESENTA DEFEITOS E IRREGULARIDADES CAPAZES DE DIFICULTAR O JULGAMENTO DE MÉRITO:

- a) Indeferirá de imediato a petição inicial, decretando a extinção do processo sem julgamento do mérito;
- b) despachará, ordenando a citação do réu para responder a ação;



- c) conhecerá diretamente do pedido proferindo sentença, já que a hipótese implica em julgamento antecipado da lide;
- d) decretará a nulidade do processo, extinguindo-o sem julgamento do mérito;
- e) determinará que o Autor emende ou complete a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial.

45. DAS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

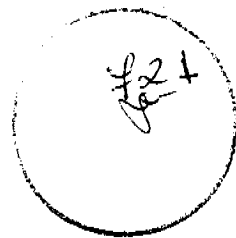
- a) O pedido deve ser certo ou determinado, não sendo lícito ao Autor formular pedido genérico em nenhuma hipótese, admitindo-se, todavia, pedido alternativo e sucessivo;
- b) Os pedidos serão interpretados restritivamente, compreendendo-se, entretanto, no principal os juros legais, a correção monetária e a condenação do réu no pagamento das custas e honorários advocatícios;
- c) Compete ao réu alegar na contestação toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido e especificando as provas que pretende produzir. Cabe-lhe, também, se manifestar precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial sob pena de, em qualquer hipótese, presumir-se verdadeiros os fatos não impugnados;
- d) Depois da contestação só é lícito deduzir novas alegações quando forem relativas a direito superveniente, quando competir ao juiz conhecer delas de ofício e quando, por expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e juízo;
- e) O Autor poderá desistir da ação em qualquer momento no curso do processo, mesmo sem o consentimento do réu, bastando que apresente petição ao juiz da causa justificando as razões pelas quais não pretende prosseguir com o processo.

46. ANALISE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, INDICANDO QUAL SE ENCONTRA INCORRETA:

- a) A identidade de demandas que caracteriza a litispendência é a identidade jurídica, quando, idênticos os pedidos, visam ambos o mesmo efeito jurídico;
- b) Contra o revel correrão os prazos independentemente de intimação, mas ele poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontra;
- c) Constituem meios de prova apenas os documentos públicos e privados, o interrogatório das partes e a inquirição de testemunhas;
- d) É lícito à parte inocente provar com testemunhas, nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada;
- e) O ato pelo qual o juiz põe termo ao processo decidindo ou não o mérito da causa é denominado sentença.

47. DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA É CORRETO AFIRMAR:

- a) Faz coisa julgada, de acordo com o Art. 469 do CPC, a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo;
- b) Denomina-se coisa julgada material a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário;
- c) São requisitos essenciais da sentença: o relatório, os fundamentos, o dispositivo e a ementa;
- d) Constitui exemplo típico de sentença constitutiva a que impõe ao réu o cumprimento de uma obrigação;
- e) Não faz coisa julgada material o dispositivo da decisão se for logicamente incompatível com os fundamentos.



48. A SENTENÇA OU O ACÓRDÃO PODEM SER IMPUGNADOS NO TODO OU EM PARTE. RELATIVAMENTE AO SISTEMA DE RECURSOS PREVISTOS NO CPC, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) O recurso pode ser interposto pela parte vencida e pelo Ministério Público, não se admitindo interposição pelo terceiro, ainda que prejudicado.
- b) O recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso, desde que haja anuência do recorrido ou dos litisconsortes;
- c) Mesmo aceitando expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, é assegurado à parte o direito de recorrer;
- d) Pelo vigente Código de Processo Civil cabem Embargos de Declaração da sentença ou do acórdão quando nestes se verificar omissão, obscuridade, contradição ou dúvida;
- e) Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, retido nos autos ou por instrumento.

49. TODA EXECUÇÃO TEM POR BASE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL. CONSIDERANDO O ROL DOS TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS ELENCADOS NO ART. 584, DO CPC, ASSINALE A ALTERNATIVA MAIS CORRETA:

- a) Apenas a sentença condenatória proferida no processo civil e a sentença penal condenatória transitada em julgado;
- b) A sentença condenatória proferida no processo civil, a sentença penal condenatória transitada em julgado, a sentença arbitral e a sentença homologatória de transação ou de conciliação;
- c) A sentença estrangeira, homologada pelo Supremo Tribunal Federal, o formal e a certidão de partilha;
- d) Apenas os elementos mencionados no item "b" e o formal de partilha;
- e) Todos os elementos mencionados nos itens "b" e "c".

50. O PROCEDIMENTO CAUTELAR PODE SER INSTAURADO ANTES OU NO CURSO DO PROCESSO PRINCIPAL E DESTE É SEMPRE DEPENDENTE. EM TEMA DE MEDIDAS CAUTELARES, COMO DISCIPLINADAS PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, É CORRETO AFIRMAR:

- a) Cabe à parte propor a ação principal no prazo de 30 (trinta) dias, contados do despacho que deferiu ou indeferiu a medida liminar, quando a medida foi em procedimento preparatório;
- b) Cessa a eficácia da medida cautelar se o juiz declarar extinto o processo principal, porém com julgamento do mérito;
- c) É lícito ao juiz conceder liminarmente a medida cautelar, sem ouvir o requerido, quando verificar que este, sendo citado, poderá torná-la ineficaz, mas em qualquer hipótese deverá exigir que o requerente preste caução real ou fidejussória de ressarcir os danos que o requerido possa vir a sofrer;
- d) A concessão do arresto depende invariavelmente de justificação prévia;
- e) O juiz pode decretar a busca e apreensão de pessoas ou de coisas, cujo mandado será cumprido por dois Oficiais de Justiça, um dos quais o lerá ao morador, intimando-o a abrir as portas, os quais far-se-ão acompanhar de duas testemunhas.